



Cartaz afixado no Centro de Acolhimento ao Imigrante em Caxias do Sul, referência para os haitianos que chegam ao sul do Brasil em busca de oportunidades de emprego

Pátria acolhedora?

Imigração

Acuados pela instabilidade em seus países de origem, imigrantes chegam ao Brasil em busca de uma vida melhor, mas têm futuro incerto

TEXTO SAMANTHA KLEIN FOTOS FLÁVIO DUTRA

UM MÊS. ESSE FOI O TEMPO da travessia do Oceano Atlântico, de Dacar até a chegada em Caxias do Sul. Desde o Senegal, Boury Niang passou por Quito, no Equador, Lima, no Peru, e Brasília, no Acre. Foi um percurso sofrido, mas a jovem de 24 anos não se arrepende da viagem. “Faria tudo novamente, mas quero conseguir dinheiro para ficar e também ir visitar minha família. Vim para ajudá-los”, diz com o auxílio do namorado, que traduz o wolof, língua por ela falada. Há seis meses no Brasil, Boury ainda está desempregada.

Questionada se foi explorada financeiramente durante a viagem, se limita a dizer que “sim”. O visto é concedido com facilidade no Equador, por isso essa se tornou a rota de chegada dos imigrantes africanos. Assim como tantos outros estrangeiros, Boury faz parte da onda migratória voluntária impulsionada pelo subemprego na terra natal.

A imagem do Brasil no exterior é a de uma pátria sem conflitos étnicos, com um povo simpático, alegre e acolhedor. Mas esse quadro nem sempre corresponde à realidade. O país precisa avançar em medidas para receber os imigrantes que chegam com visto de turistas, mas que turismo pouco farão. São pessoas como Boury que buscam trabalho e precisam passar pela Polícia Federal, dependendo da concessão do governo para regularizar sua situação em território nacional.

Nesta reportagem, ouvimos especialistas e estrangeiros para tentar entender esse fenômeno relativamente novo, que já trouxe para terras brasileiras milhares de pessoas de diferentes nacionalidades. Além dos africanos, os haitianos também vieram com força, por meio da obtenção de vistos humanitários. Entretanto, terminado o período de cinco anos autorizado pelo documento, ainda é incerto o destino desses imigrantes que fogem das consequências de um terremoto, da instabilidade política provocada pela deposição de um presidente ou ingressam no país com um simples visto de turista.

Geração de emigrantes



Boury Niang ainda fala poucas palavras em português. Com o ouvido afiado, entende parte de uma conversa com brasileiros, mas o auxílio de um tradutor é fundamental. Ao lado do companheiro Chier Dieyer, também senegalês, pretende construir uma vida nova em Caxias do Sul. Quando vivia no Senegal, ela atuava como vendedora ambulante de produtos que comprava na Turquia e em Dubai. Comercializava roupas, sapatos ou frutas. Com dificuldade, juntou dinheiro para fazer a viagem com a ajuda de “agentes”. Como não sabe ler, ingressou na etapa de alfabetização em uma escola no município serrano.

Já o namorado Chier, desempregado havia duas semanas quando foi entrevistado em meados de maio, parece não perder a simpatia nunca. Com um sorriso largo, diz que gosta do Brasil. Trabalhou por mais de um ano em uma indústria metalúrgica da cidade que recentemente cortou 40% dos postos de emprego. Atrás de nova oportunidade, conta com o seguro desemprego enquanto não consegue nova vaga. “Se conseguir um emprego logo, vou permanecer aqui. Mas se não conseguir, vamos ter de ir para outra cidade”, admite.

Chier faz parte de uma geração de emigrantes. Segundo relata, todas as famílias de senegaleses têm integrantes vivendo no exterior. Antes de desembarcar no Brasil, morou por sete anos na Espanha. Porém, com o índice de desemprego de 23% no país de Cervantes, conforme dados da Eurostat da Comissão Europeia, ele percebeu que havia chegado o momento de migrar novamente. “Em Caxias, há muitos senegaleses e haitianos. Por isso, todo mundo que vem do Senegal tem de passar por aqui para tentar conseguir emprego. Do Brasil eu sabia apenas do calor, do Carnaval e do futebol. Não sabia nada sobre emprego. Nunca tinha sonhado em vir para cá. Aliás, nem sei exatamente por que estou aqui. Mas o dia seguinte nunca se sabe.”

A vinda de imigrantes como Chier e Boury não é obra do acaso. Assim como eles, mais de 40

mil chegaram ao país desde 2011, de acordo com dados da Polícia Federal. Existe, entretanto, a possibilidade de que esse número seja bem maior. A ação dos traficantes de pessoas, conhecidos como “coiotes”, e os 17 mil km de fronteiras entre o Brasil e outros dez países do continente sul-americano facilitam o ingresso de estrangeiros sem registro.

Presença internacional – A presença do Brasil no exterior foi consolidada com a missão da ONU no Haiti, em que tropas brasileiras foram colocadas à frente das tropas de ajuda humanitária. Com o terremoto que devastou a nação mais pobre da América Latina em 2010, o país tropical despontou como uma boa opção. Para o professor de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Maurício Santoro, a missão brasileira se tornou mais que um paliativo para a situação politicamente conturbada no Haiti, especialmente após a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide. Assim, as tropas internacionais já estão há onze anos atuando na nação da América Central.

“A missão deveria ser relativamente breve, mas houve o terremoto e foi necessário permanecer. Contudo, existe uma pressão da ONU para que o Brasil deixe aquele país, pois a manutenção dos soldados é muita cara. Por outro lado, sabemos que a saída das tropas propiciou a retomada do caos em nações como o Timor Leste, onde também houve intervenção. O Haiti ainda está em uma situação precária, porque houve falha da cooperação internacional em ajudar a reconstrução do país e também em auxiliar à reconstituição das instituições democráticas no país caribenho”, sustenta Santoro.

O mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) é renovado anualmente por decisão do Conselho de Segurança da ONU. Portanto, o exército brasileiro considera que ainda é cedo para saber quando o efetivo formado por 1,2 mil homens irá retornar

definitivamente para casa. Existe apenas a certeza de que, nos próximos meses, o contingente será reduzido para 972 militares. Os custos para a manutenção no Haiti são de US\$ 500 mil por mês, bancados pelo Ministério da Defesa, com parte desse montante reembolsada pela ONU.

O ano passado também projetou o Brasil para o mundo por causa da Copa. Africanos do Senegal e de Gana, por exemplo, obtiveram visto de turista e não retornaram. “Em julho, recebemos 120 ganeses em três dias. A prefeitura dizia que não tinha espaço para recebê-los e que não podia fazer nada. Foi então que o grupo ficou alojado no seminário”, critica a irmã Maria do Carmo Gonçalves, coordenadora do Centro de Atendimento ao Imigrante de Caxias do Sul.

A Polícia Federal estima que, desde 2011, mais de 40 mil imigrantes tenham chegado ao Brasil

Na cidade serrana, mais de 2.700 estrangeiros procuraram o Centro desde 2011. Ao chegar ao município, protocolaram o pedido de refúgio, o que lhes garante a permanência legal no país até que a solicitação seja analisada pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça.

Direitos adquiridos – Coordenador de um grupo que está fazendo um perfil dos imigrantes haitianos no Brasil, o professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) Duval Fernandes ressalta que os estrangeiros que ingressam legalmente no país obtêm direitos e proteção do Estado. “É claro que falta muito em termos de atendimento, mas na comparação com a Europa e os EUA estamos muito à frente em receptividade. Aqui existe um caminho aberto para os imigrantes. Todos os que pedem refúgio recebem carteira de trabalho e CPF. Quem mais faz isso?”, destaca o pesquisador.

No caso dos haitianos, o diferencial é a solicitação de visto diretamente no consulado de Porto Príncipe. Apesar da facilidade, há poucos funcionários na embaixada. As permissões para ingressar legalmente no Brasil, portanto, podem levar mais de seis meses para serem concedidas. Uma portaria do Ministério do Trabalho dava prioridade para a confecção da carteira de trabalho para haitianos e ganeses, mas essa política foi abolida e todos os imigrantes ingressam na mesma fila.

Já a advogada e mestrandia em Direito Internacional da UFRGS Laura Sartoretto critica a recepção aos estrangeiros. Para a pesquisadora, falta uma agência específica, com profissionais capacitados para avaliar a situação dos imigrantes quando optam por vir ao Brasil, e a rejeição do Comitê Nacional para Refugiados é arbitrária. “Quando um estrangeiro chega ao Brasil, tem de se dirigir à Polícia Federal. Com esse protocolo de refugiado, o imigrante já tem direito a trabalho, estudo e serviços como saúde. Enquanto isso, espera que o Conare analise a solicitação de permanência. Mas, se o Comitê rejeitar o pedido, o prazo para que ele recorra é de apenas 15 dias. Se o imigrante não fala português, como vai protestar contra tal decisão?”, questiona.

Questão de lei – O Estatuto do Estrangeiro foi concebido na época dos generais no governo.



O casal senegalês Boury e Chier planeja construir uma vida nova em Caxias do Sul. Para auxiliar pessoas como eles, Maria do Carmo Gonçalves, integrante da Congregação das Irmãs Scalabrinianas, atua no Centro de Atendimento ao Imigrante. No local, que oferece orientação sobre regularização de papéis, direitos e busca por moradia, os estrangeiros também encontram o Guia do Imigrante, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança da Câmara de Vereadores de Caxias

O problema do diploma

A polêmica sobre a revalidação do diploma dos estrangeiros surgiu em 2013, com a chegada ao país dos primeiros médicos cubanos. Entretanto, outros estrangeiros enfrentam esse dilema. Morador de Caxias do Sul desde 2014, Thierno Sylla fala português, wolof, árabe, inglês e francês, além de ser formado em contabilidade. Mesmo já diplomado, retornou aos bancos da universidade. Está refazendo a graduação. “Cheguei aqui achando que poderia trabalhar na minha área. Acabei atuando por mais de um ano como auxiliar de carga e descarga. Não poderia ficar desempregado até obter uma colocação melhor”, lamenta o vice-presidente da Associação dos Senegaleses de Caxias do Sul. Quando saiu da empresa de transportes, conseguiu um emprego em que o conhecimento em línguas é valorizado. Trabalha no Centro de Atendimento ao Imigrante, orientando diariamente estrangeiros que não entendem a saudação ‘bom-dia’ em português. Também atua como contador em uma instituição que auxilia jovens carentes.

Thierno se acostumou a migrar. Já morou em Gana, África do Sul, Dubai e Mali antes de chegar ao Brasil. Ele diz que essas experiências vão durar até os 40 anos, conforme sua meta de vida. A esposa o espera no Senegal. Depois, pretende abrir um negócio e auxiliar os senegaleses que não tiveram oportunidade de sair da terra natal. “Apesar do salário baixo e do não reconhecimento do meu diploma, o Brasil é um lugar bom para viver. Não tenho problemas por ser muçulmano. Além disso, gosto do futebol”, explica.

Naquele período, o imigrante era visto como uma possível ameaça comunista. Não à toa, a Polícia Federal é o primeiro local onde o estrangeiro precisa passar.

Porém, uma série de normativas tem driblado essa recepção policial. O Ministério do Trabalho tem concedido vistos temporários de trabalho por dois anos, renováveis por mais dois. Por outro lado, uma regra especial concede visto humanitário de cinco anos aos refugiados haitianos. Conforme a Resolução Normativa n.º 97 do Conselho Nacional do Imigrante, 1.200 vistos podem ser concedidos anualmente, o que corresponde a uma média de cem por mês.

O Brasil foi obrigado a fazer concessões quando o problema chegou às fronteiras do país. Com o terremoto que arrasou o Haiti em 2010, centenas de pessoas fugiram da nação caribenha e atravessaram a Floresta Amazônica com o auxílio de coitotes. No Acre, Brasília foi uma das cidades que recebeu o maior contingente de imigrantes. Desde então, mais de 30 mil vistos de moradia foram concedidos.

Pairam, entretanto, incertezas sobre o destino dos haitianos após cumprirem os cinco anos de permanência. A concessão de vistos humanitários foi pontual, a fim de resolver uma crise humanitária. A advogada Laura Sartoretto lembra que essa outorga de moradia não conta com a proteção do direito internacional. “O problema é que se trata de um amparo discricionário, ou seja, cada Estado pode ou não conceder. Essa proteção pode ser dada e retirada a qualquer tempo e é um projeto que não recebe apoio do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR). Assim, os haitianos se veem obrigados a solicitar refúgio para ter acesso a uma carteira de trabalho ou não poderiam exercer atividades remuneradas”, contesta.

Para tentar destravar o tema, o Ministério da Justiça criou uma comissão interdisciplinar de especialistas para discutir mudanças na legislação. O grupo propõe a instituição de uma autoridade

nacional migratória e a criação de um visto temporário para que o imigrante procure emprego, legalmente no Brasil. Não existe, todavia, previsão de quando esse projeto seguirá para análise do Congresso Nacional.

Atualização das leis – O professor Duval Fernandes defende a medida, mas diz que, no momento, o cenário ideal é o de manutenção da lei inalterada. “Nunca tivemos no Congresso uma bancada tão conservadora em diversos temas polêmicos. Em meio a discussões sobre terceirização do trabalho e maioridade penal, é preferível que a questão fique como está. A tendência não seria de melhora nas relações com os estrangeiros”, sustenta.

Já o cientista político Isaías Albertin Moraes defende uma atualização da legislação, a fim de atender à demanda crescente de imigrantes no país. “A política interna brasileira precisa estar em consonância com o discurso da política externa, que repreende as medidas antimigratórias dos países centrais. Desse modo, é necessário atualizar e garantir o direito de ir e vir do imigrante, realizando um acolhimento de forma eficiente para não gerar processos conflituosos nas regiões receptoras”, sustenta.

Moraes alerta para os problemas que a falta de ordenamento da imigração pode gerar: “Caso o Brasil permita que esse fluxo ocorra de forma livre, sem uma política de ordenamento, integração e participação do imigrante na comunidade local, os conflitos surgirão. Entre eles, podemos destacar tensões de sociabilidade, étnicas, linguísticas e político-socioeconômicas. A população local, ao identificar no imigrante uma ameaça à sua simbologia, às suas tradições e ao seu poder político-econômico, pode enveredar pelo caminho do xenofobismo, do etnicismo e do racismo”.

Humanização – O Brasil ainda não está preparado para receber os estrangeiros, sentencia o pesquisador da PUC Minas Duval Fernandes.

“Primeiro, é importante informar como é o salário aqui e como são as condições de moradia. Eles chegam achando que encontrariam condições de viver facilmente. Além dessas dificuldades, há o tráfico de pessoas. Enquanto os imigrantes poderiam gastar 3 mil reais em passagem aérea, perdem mais de 15 mil reais com coitotes. Por outro lado, os brasileiros precisam compreender que necessitamos do imigrante para suprir a mão de obra, em razão da redução das taxas de natalidade”, adverte.

Isaías Albertin destaca medidas como a reforma do Estatuto do Estrangeiro de 1980 e a necessidade da fundação de uma agência de imigração federal, que desburocratizaria todo o processo legal de entrada no país, renovando o acesso aos imigrantes. “A instalação de um órgão exclusivo para imigração pelo governo federal, retirando o encargo da Polícia Federal, permitiria a especialização dos profissionais na legislação específica ao tema e no conhecimento de idiomas. A fundação da agência possibilitaria, ademais, a liberação de efetivo da PF para o reforço de patrulhamento nas zonas limítrofes do país, principalmente na Região Norte”.

O pesquisador reforça que, nesses postos de recepção, os imigrantes seriam cadastrados e acolhidos de forma mais humana, facilitando a integração do estrangeiro com a população local. Nos postos, os estrangeiros teriam melhor orientação sobre seus direitos e deveres, como o acesso básico aos serviços públicos, bem como sobre as exigências para a obtenção de cidadania brasileira. Além disso, poderiam ser implementados cursos de idiomas, capacitação profissional e encaminhamento para empregos em regiões carentes de mão de obra.

Com esse vazio, os cidadãos chegam sem qualquer informação aos centros de migrantes dos municípios, acessando esses pontos de referência por indicação. No Centro de Atendimento do Imigrante de Caxias do Sul, vinculado à Congregação

das Irmãs Scalabrinianas, muitos aparecem sem ter passado pela Polícia Federal. “Como as fronteiras são imensas, os estrangeiros chegam sem passar pela alfândega. Então, orientamos sobre direitos, regularização, busca por moradia. Às vezes, resgatamos pessoas que estão até sem teto para passar a noite. Por outro lado, percebemos o total despreparo nos órgãos públicos. Se encaminhamos um doente ao posto de saúde, quando ele não fala bem o português, recebemos o estrangeiro de volta com bilhetes solicitando tradutores”, desabafa a irmã Maria do Carmo Gonçalves.

Crescimento – A imigração teve um aumento importante a partir de 2010 no Brasil. Mais de 40 mil haitianos solicitaram refúgio até abril deste ano, de acordo com um relatório da Polícia Federal. Se em 2011 foram 2.568 pessoas reivindicando asilo no país, em 2014, esse número saltou para quase 17 mil cidadãos do Haiti.

Conforme dados do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o ano de 2012 foi o que mais registrou pedidos de visto permanente entre os haitianos: 4.612 requisições. Já em 2014, foram 1,9 mil solicitações. São Paulo e Rio Grande do Sul estão entre os entes federativos que mais recebem os estrangeiros. A cidade de Brasília, no Acre, na fronteira com a Bolívia, é apenas o ponto de chegada. Em terras gaúchas, vivem pelo menos 3,5 mil haitianos, segundo a PF. Na capital, são 400 imigrantes.

Também é importante destacar que os ganeses passaram de somente seis pedidos de residência permanente em 2013 para 320 solicitações, no ano seguinte, consoante o Conselho Nacional de Imigração, comprovando a atração ao país no período da Copa. Logo após o Mundial, 1,3 mil ganeses também se registraram no Departamento de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal. Conforme a Superintendência da PF, 735 cidadãos de Gana se registraram no Rio Grande do Sul depois do campeonato.

No Centro de Atendimento ao Imigrante de Caxias do Sul, o mapa registra alguns dos países de origem dos estrangeiros que vêm tentar a sorte no sul do Brasil



Refugiados

O Brasil, pelo menos desde 1997, passou a ter de fato uma política de acolhimento aos refugiados. Apesar de o Estatuto do Estrangeiro remontar ao governo de Figueiredo e ser ainda atual, a Lei n.º 9.474 finalmente regulamentou os preceitos da Convenção de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o país passou a cumprir acordos internacionais de acolhimento a cidadãos ameaçados em sua nação de origem.

O refugiado pode ser caracterizado como toda pessoa que se sinta perseguida em função de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e se encontre fora de sua terra natal, à procura de asilo em outra região do mundo. Entre os benefícios a serem garantidos a essas pessoas, está o direito fundamental de não ser devolvido à nação em que sua vida e liberdade estejam ameaçadas. Tal regra

constitui um princípio geral do direito internacional de proteção dos refugiados e dos direitos humanos.

De acordo com o artigo 6.º da legislação brasileira sancionada em 1997, a pessoa que solicita refúgio tem direito à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.

Oportunidade – Conforme levantamento do perfil dos imigrantes, realizado pelo Conselho Nacional de Imigração (Cniq), os primeiros imigrantes haitianos formam um grupo majoritariamente masculino – cerca de 80% dos imigrantes – na faixa etária dos 30 anos. Pelo menos 30% declararam ter completado o ensino médio e mais de 10% dos que chegam ao país possuem ensino superior completo.

Por outro lado, o Brasil também é uma oportunidade para estudar. Nadege Jacques ainda não se acos-

tumou ao chimarrão oferecido nas rodas de bate-papo com estudantes ou na república em que vive em Porto Alegre, mas garante que a caipirinha caiu no seu gosto. “É uma delícia misturar limão, gelo, açúcar e cachaça. O pessoal desce de seus quartos para compartilhar a bebida”, se diverte. A enfermeira mora há um ano em Porto Alegre e faz mestrado em Saúde Coletiva na UFRGS.

Nadege integra um perfil distinto da maioria dos migrantes compatriotas. Saiu de Hinche, no centro do país, tendo emprego fixo na sua área de atuação. Com bolsa oferecida por meio de um acordo de cooperação entre Brasil-Haiti-Cuba, ela deve permanecer na Universidade até concluir os estudos. A enfermeira está investigando os problemas do serviço em saúde oferecido no seu país de origem. A haitiana revela que o país caribenhino não oferece serviços de saúde

gratuitos, como o SUS. “Lá o acesso é basicamente por meio de planos privados, e nem todos os hospitais e postos de saúde os aceitam. Algumas exceções existem para o caso dos partos, mas, em geral, os haitianos sofrem no âmbito do atendimento básico à saúde.”

A estudante sabe que tem um compromisso de retornar para casa. Pretende concluir o mestrado, voltar ao Haiti e tentar mais uma estadia de quatro anos no Brasil para fazer o doutorado. “Não preciso ficar aqui porque tenho emprego garantido na Secretaria da Saúde da cidade de Hinche. Mas quero continuar meus estudos.” Situação semelhante ao do aluno do curso de Administração da UFRGS Jean Mary Augustin.

Jean mora há cinco anos na capital e garante que sua vinda não tem relação com o terremoto que arrasou Porto Príncipe. Também tinha emprego e fazia faculdade de

Jornalismo em Carrefour, na região de Porto Príncipe, quando obteve uma bolsa de estudos. Decidiu aceitar a oferta, fez um ano de Economia na Universidade e resolveu trocar de curso de graduação. “O acolhimento na Economia não é muito bom. Como é uma ciência exata, as pessoas já estão em grupos de amigos desde o colégio. Na Administração, que é um curso que precisa de mais sociabilidade, tive mais facilidade para me relacionar com os colegas”, justifica.

O aluno também precisa retornar ao Haiti quando finalizar a graduação. Mas ele é mais um caso de estudante que sabe que tem potencialidade para continuar os estudos. “Sei desse meu compromisso de retornar. Mas isso não me impede de tentar o mestrado depois. Por outro lado, não precisa ser em Porto Alegre, porque aqui é muito frio e quero conhecer outras realidades. O país é muito grande”, diz.

Problema europeu

Em apenas um sábado de abril, mais de 800 pessoas morreram afogadas ao sul da Ilha de Lampedusa, na Itália, no Mar Mediterrâneo. A tragédia pode ter sido a maior da história em termos de perda de vidas na travessia de emigrantes em direção à Europa, segundo a ACNUR. Dias antes, outras 400 foram declaradas desaparecidas, ou seja, mortas por afogamento, na costa da Líbia. A causa foi a mesma, já que o país africano é um dos principais pontos de partida de embarcações com emigrantes em razão da proximidade com a Itália.

A tragédia humanitária somou, somente em abril de 2014, mais de 1,1 mil pessoas mortas no Mediterrâneo. Conforme a Anistia Internacional, durante todo o ano passado, quando a operação Mare Nostrum

estava em andamento, a taxa de morte entre aqueles que fazem a travessia foi de cerca de uma em 50. Nos primeiros três meses e meio de 2015, saltou para uma em 23. A ação capitaneada pela Guarda Costeira italiana tinha verbas de 9 milhões de euros, três aviões e seis helicópteros de monitoramento, além de embarcações de grande porte no Mar Mediterrâneo. No final do ano passado, o governo italiano pôs fim à iniciativa que resgatou cem mil pessoas.

Professor de Direito Internacional na UFRGS, Tupinambá Pinto de Azevedo destaca o dilema dos deslocados internos na África – os refugiados dentro do próprio país. O especialista ressalta que a Europa quer manter o problema fora de suas fronteiras. “A União Europeia deseja que os refugiados fiquem no continente africano e

não sigam em direção à Europa. A ideia é que sejam construídos campos para abrigar essas pessoas na Líbia ou na Tunísia, por exemplo. Porém, os países europeus estão em crise e sem dinheiro para auxiliar esses imigrantes e alegam não poder contribuir para o desenvolvimento das economias africanas e para a pacificação das guerrilhas”, explica.

O professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Maurício Santoro lembra que a crise econômica é o principal fator para a rejeição aos imigrantes. “Apesar da renda maior na Europa, o continente hoje é formado por países que estão em uma crise muito mais profunda do que a dos EUA e a do Brasil, por exemplo. Bem antes de a crise de 2008

estourar, as taxas de desemprego estavam acima dos 10%. Pesquisas de opinião têm revelado que mais de 55% da população é contra a migração. Já em nações como Itália e Grécia, a rejeição está acima dos 80%, porque esses países são a porta de entrada dos imigrantes”, conclui.

Nesse contexto, compreende-se porque o Brasil se tornou rota migratória após movimentos dirigidos pelo Estado no século XIX, com os alemães e italianos, além dos japoneses no início do século XX. “Até o período Vargas, havia uma migração para o trabalho. Depois, o controle migratório pelos militares. Agora, a questão é humanitária e voluntária por parte dos estrangeiros. O país tem de entender que é uma nação de migrantes”, finaliza o professor Tupinambá.